

4. RECOMENDAÇÃO DO PS – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, recomendação apresentada pelo PS, que vai em anexo.



A → de E. L. S.
21/2/15

Recomendação

Através da Portaria n.º 644-A/2015 veio o Governo reforçar a autonomia dos estabelecimentos de educação e ensino, designadamente nos planos pedagógico e organizacional.

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, na sua redação atual, estabelece que, no âmbito da sua autonomia, os agrupamentos de escolas, no 1.º ciclo do ensino básico, desenvolvem atividades de enriquecimento curricular, de caráter facultativo para os alunos, com um cariz formativo, cultural e lúdico, que complementem as componentes do currículo.

Deste modo, cada estabelecimento de ensino do 1.º ciclo garante a oferta de uma diversidade de atividades que considera relevantes para a formação integral dos seus alunos e articula com as famílias uma ocupação adequada dos tempos não letivos.

A componente de apoio à família (CAF), no 1.º ciclo do ensino básico, é outra dimensão que importa assegurar, sendo preocupação do Ministério da Educação e Ciência garantir o acompanhamento dos alunos deste nível de ensino nos períodos que vão além da componente curricular e durante os períodos de interrupção letiva.

A CAF deve ser organizada de forma a estreitar o comprometimento entre a escola, as famílias dos alunos e a comunidade local.

Tendo presente a necessidade de garantir a qualidade das atividades da CAF refere-se que tais atividades devem garantir a qualidade que se pretende para todo o sistema educativo, pelo que caberá às escolas, em articulação com outras entidades, a sua planificação, acompanhamento e avaliação, tendo como referência preferencial a Norma NP 4510:2015 — Atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família.

Tais atividades são hoje, maioritariamente, asseguradas por Juntas de Freguesia, Associações de Pais e IPSS's.



Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 212/2009 consagra, no âmbito das políticas sociais e ao nível da organização dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, a necessidade das escolas disporem de oferta de atividades de complemento educativo, ocupação de tempos livres e apoio social. Nessa conformidade e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, procedeu-se a uma efetiva descentralização de competências para os municípios em matéria de educação, com o objetivo de obter avanços claros e sustentados na qualidade das aprendizagens dos alunos atribuição que também é prestada pelo serviço de CAF em muitas das escolas.

A importância da CAF é muito mais do que um simples serviço de apoio e resguardo familiar. É um serviço demasiado relevante no apoio ao pleno emprego, à demografia e ao direito de igualdade entre todas as crianças.

Para além de tudo isto, a CAF tem um papel social muito relevante na garantia das refeições escolares a todas as crianças sendo, para muitas delas, a oportunidade diária de uma única refeição equilibrada e garantida.

É público e notório que muitas famílias continuam a ter graves dificuldades no acesso a estes serviços. Isso é manifesto, sobretudo, em famílias de baixos recursos, em famílias numerosas e em crianças inseridas em famílias problemáticas, tendo sido muito agravado pela pandemia Covid-19.

Tais situações levam algumas destas famílias a evitar recorrer aos serviços de CAF, limitando às crianças o acesso aos serviços.

São muito comuns, em famílias com escalão ou famílias numerosas, o acumular de dívidas às entidades que prestam o serviço, colocando em causa a própria sustentabilidade da oferta da CAF que, em alguns casos, pode em breve ter de deixar de existir, deixando algumas comunidades educativas numa situação altamente complexa.

A somar a tudo isto existe também grande disparidade dos valores cobrados.

No nosso Concelho, como acontecia nos serviços da AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família, no ensino Pré-Escolar, existem hoje diferenças significativas nos valores cobrados que é urgente corrigir.

Temos serviços que vão dos 10 Euros por mês até serviços que ultrapassam os 40 Euros.

Tal situação é algo que pode e deve ser resolvida com urgência, dando dignidade e contribuindo para a igualdade de oportunidades a todas as famílias, implementando o Município de Braga uma medida idêntica aquela que se promoveu no Pré-Escolar.



Assim, os Vereadores do Partido Socialista propõem que:

1. do mesmo modo e na mesma linha do que foi implementado à generalidade dos alunos do ensino Pré-Escolar pelo Município de Braga que se uniformize o valor da CAF aplicado no concelho de Braga para um valor de 30 Euros de Mensalidade máxima;
2. Que o valor do escalão B seja de 20 Euros e que os alunos de escalão A estejam isentos de pagamento;
3. que o Município garanta, a todas as entidades que prestam o serviço, o valor da diferença relativa aos escalões em 20 Euros para o escalão B e em 30 Euros para o escalão A;
4. Que esta medida seja aplicada já em Janeiro de 2022, no concelho de Braga, nos mesmos moldes que está a ser implementada na AAAF.

Os Vereadores do Partido Socialista